

## ACTA N.º 184

----- Aos doze dias do mês de Janeiro de dois mil e sete, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, extraordinariamente, sob a presidência de Dr. José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 54º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro (nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro). -----

## Ordem de Trabalhos

1 – Carta Educativa. -----  
2 - Subscrição da Declaração do 4º Fórum Mundial da Água. -----  
----- Eram dezassete horas e vinte minutos quando o presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão. -----  
----- Seguidamente, o presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário que procedesse à chamada. -----  
----- Depois de realizada a chamada, foi registada a falta do membro Rafael Ferreira Matos. -----  
----- Seguidamente, foi submetida à apreciação a acta n.º 183, oportunamente, remetida aos membros da assembleia municipal, ficando dispensada a sua leitura. –  
----- A acta da sessão anterior foi aprovada, por maioria, com a abstenção do membro Nuno Miguel Matos Silva; e os votos a favor dos restantes membros. -----

## Ordem do Dia

----- **1 – Carta Educativa.** -----  
----- Foi dada a palavra ao presidente da câmara para realizar uma introdução ao tema deste ponto da ordem do dia. -----  
----- Seguidamente o vereador do pelouro da educação procedeu à projecção e apresentação sucinta dos aspectos mais importantes do documento submetido à apreciação do órgão deliberativo. -----  
----- Posto isto, foi aberta a inscrição dos membros que pretendessem intervir acerca deste assunto. -----  
----- Intervenções: .....  
----- José Braga – Considerou que o documento apresentado evidencia o estado do concelho, com um atraso estrutural, resultante da política traçada ao longo dos últimos dezassete anos, sem estratégia e despida de critérios objectivos de gestão. Opinou que, os aspectos educativos são, neste momento, os melhores indicadores de desenvolvimento, verificando-se que o concelho de Sever do Vouga regrediu em termos demográficos, apresentando uma tendência de regressão no escalão dos mais jovens. Considerou haver uma desertificação, como comprova o estudo que, demonstra uma propensão para a saída do concelho dos mais jovens para concelhos vizinhos e para as grandes metrópoles. Entende que deve ser analisado este problema e convergir esforços, no sentido de modificar essa situação. Na sua opinião, este documento, dada a sua importância, deveria ter sido remetido com mais tempo, para que fosse realizada uma análise mais profunda. Concluiu, dizendo, que os membros do PSD iriam votar favoravelmente, na expectativa que algo melhore em prol do concelho e dos nossos concidadãos. -----  
----- Joaquim Zacarias – Apresentou alguns reparos e solicitou vários pedidos de esclarecimento, designadamente, sobre: a afirmação exarada na folha 47, onde parece dizer-se que a autarquia suporta todos os encargos relacionados com o ensino pré-primário, como se constata da frase que diz “na directa dependência da autarquia”; a informação constante do quadro 24, da página 50, sobre a frequência de alunos no Jardim-de-infância de Sever do Vouga, não parece estar certa, porque

tomou conhecimento que ao longo de vários anos, foi de 25 alunos, com lista de espera; o ensino recorrente, páginas 72 a 74, quanto à disparidade de inscrições e resultados, perguntou qual o motivo desse facto; a avaliação das condições físicas dos equipamentos, página 95 do diagnóstico, respectivamente, nas páginas 96 a 110, refere a intenção de ser construído um novo edifício na freguesia de Dornelas, onde existem apenas 17 crianças (e o Jardim de Silva Escura com vagas), aparecendo mencionada a previsão de alguns melhoramentos no equipamento de Sanfins, com muitas mais crianças inscritas; o capítulo das propostas de intervenção, páginas 118, 119, 121 e 122, refere que os ensinos do pré-escolar e 1º ciclo estão na directa dependência dos municípios – perguntou se se referiam aos edifícios e porque se considera radical o encerramento de um equipamento, quando é uma decisão necessária atendendo à gestão de recursos; o destino das actuais instalações da E.B.2.3, após a construção da nova escola; o capítulo das fragilidades e potencialidades do município, páginas 130 e 131, nas fragilidades refere “o saldo de migrações interno é negativo, significando que o concelho não se demonstra significativamente atractivo para a fixação da população”, e, por outro lado, no capítulo das potencialidades é referido que “há um forte dinamismo industrial” – considerou haver uma contradição entre estas duas afirmações, porque o dinamismo industrial provoca fixação e atracção de pessoas, o que não se verifica em Sever do Vouga; a taxa de abandono e insucesso escolar do 1º, 2º e 3º ciclo do ensino básico é nulo, quando o vereador referiu um valor diferente. O membro Joaquim Zacarias concluiu, pedindo esclarecimentos às questões apresentadas. -----

António Coutinho – Começou por referir não haver qualquer contradição, porque o documento apresentado foi elaborado no decurso de dois anos e meio, onde os dados do presente ano escolar aparecem apenas na análise final, conforme consta no texto elaborado. Os quadros apresentam dados do passado, ou seja, quanto ao abandono escolar, conforme é referido no mencionado texto, a taxa de abandono escolar é nula. Já não se verificando o mesmo nos anos anteriores. -----

Continuou com as seguintes explicações - a afirmação da página 47 está correcta porque se refere a estabelecimentos “na directa dependência da autarquia”; da página 50, os dados são do ano lectivo de 95/96, conforme elementos transmitidos pelo Ministério da Educação, acontecendo o mesmo para os demais quadros apresentados, acrescentou o vereador António Coutinho; das páginas 72 a 74, sobre as causas do insucesso, informou estarem relacionadas com o ensino recorrente, devido ao abandono escolar; sobre investimentos em Dornelas e Sanfins, informou que o Jardim Infantil de Sanfins possuía boas condições físicas, necessitando de mais intervenções para ficar com óptimas instalações, não acontecendo o mesmo na freguesia de Dornelas, onde o edifício é pequeno, sem espaço para serem feitas as actividades relacionadas com o prolongamento e, neste documento, está evidenciado o princípio de não se fazer deslocar crianças de uma freguesia para outra; sobre o actual edifício da Escola EB 2,3, informou que, após a sua desactivação, passará a pertencer à Direcção-Geral do Património do Estado, podendo, mais tarde, ser objecto de negociação; relativamente aos terrenos para a futura escola EB 2,3, informou tratar-se de uma mera previsão, existindo alguns constrangimentos a resolver, designadamente, quanto à desafecção de alguns terrenos; sobre a relação entre as indústrias existentes e a fixação de pessoas, informou não concordar com a opinião transmitida, porque com a A25 facilmente se deslocam as pessoas de Aveiro até Sever do Vouga, sendo óbvio que Aveiro concede condições superiores, podendo a indústria não ser um factor de fixação de população. -----

José Almeida e Costa – Referiu que, embora não discordando, entendia que não se deveriam discutir indicadores, porque são objectivos e foram dados por entidades credíveis, devendo a assembleia, debruçar-se com a apreciação da estratégia traçada neste documento. -----

Manuel Soares – Aproveitou para informar que, no documento apresentado, em relação à EB 2,3, há uma previsão optimista, mas resulta da informação transmitida por escrito pela DREC, onde referem que a construção da EB 2,3 de Sever do Vouga é considerada como prioritária na região centro. No entanto, a desafectação dos terrenos não é uma tarefa fácil e, apresenta-se, morosa. Neste momento, está a ser efectuado um estudo, para a suspensão do Plano de Urbanização para aquela zona, porque outro procedimento é muito demorado. Continua, dizendo que este documento é, efectivamente, uma radiografia do concelho que evidencia muitos aspectos positivos, designadamente, o trabalho já patente em muitos estabelecimentos de ensino do concelho. Quanto ao envelhecimento e diminuição de população, referiu ser um dado concreto, não sendo apenas um caso deste concelho, mas do país e da Europa. Concluiu, dizendo que é tradição deslocarem-se as pessoas deste concelho para trabalharem nos concelhos vizinhos, devido à orografia do concelho, mas a aposta para a fixação dos jovens deve começar por serem criadas as mesmas condições neste concelho, como as existentes numa cidade, tais como a construção de equipamentos culturais, desportivos e educativos, conceder benefícios através das componentes de apoio à família, o prolongamento do pré-escolar, a atribuição de bolsas de estudo, a agenda cultural e outras actividades lúdicas para a população. -----

Rui Rocha – Interveio apenas para referir que foi realizada uma intervenção na escola da freguesia de Paradela, mas é necessário construir uma parede divisória que divida duas secções distintas, bem como, a beneficiação do recinto exterior – parque infantil – e a colocação de equipamento no edifício. -----

Manuel Soares – Informou que tomara conhecimento através do vereador do pelouro, sobre a falta de algum equipamento na referida escola. -----

António Coutinho – Acrescentou que foi concluído o processo de aquisição de sete “parques infantis”, que serão distribuídos por todos os estabelecimentos, excepto na freguesia de Couto de Esteves, porque ainda não foi construído o Centro, e em Sanfins, onde não existem condições para ser colocado o parque infantil. -----

Francisco Ferreira – Começou por referir que a Carta Educativa é, efectivamente, um documento importantíssimo, porque a educação e a cultura são uma condição *sine qua non* para haver desenvolvimento. Considerou o documento como extenso e interessante, dando os parabéns a quem o elaborou, mas não perfeito, devido à quantidade de indicadores com referência ao ano de 2001. Na sua opinião, seria mais interessante que esses índices fossem mais actuais, por se tratar de um documento para o futuro, devendo recair o estudo com base em dados actuais. Referiu, também, saber que os dados são obtidos através do INE que, conforme se sabe, não possui essa informação actualizada. No entanto, em sua opinião, esses dados poderiam ser obtidos através de um trabalho de campo. -----

Seguidamente, abordou uma realidade já referida e que se prende com uma descida abrupta da população, revelando-se como uma preocupação que carece de uma análise profunda. Considerou que, apesar das dificuldades do município, deveriam ser tomadas medidas no sentido de inverter essa tendência. -----

Continuou, referindo que os dados são importantes para serem tomadas decisões, ou seja, se a perspectiva é de aumento da população juvenil, aceita-se a construção de novos centros, senão poder-se-á a estar a gastar inadequadamente recursos que

são escassos. A proposta apresentada configura-se com o objectivo de melhorar os equipamentos já existentes, podendo não ser uma solução para a resolução do problema da educação que, na sua opinião, deve passar pela qualidade do próprio ensino e o incentivo às crianças para continuarem e não abandonarem as escolas. Para isso, devem haver políticas específicas no ensino, referiu o membro Francisco Ferreira. -----

Voltando aos dados apresentados no documento, referiu que, atendendo à tendência de diminuição da natalidade e futuros alunos, considerou não saber até que ponto se justifica o investimento previsto de um centro escolar em cada freguesia, quando poderia ser ponderada a possibilidade de construção de um equipamento que abrangesse várias freguesias, num ponto equidistante, com base num estudo de acessibilidade. Por último, solicitou uma resposta às situações abordadas. -----

Manuel Soares – Respondeu que, foi equacionada a hipótese de se reunir num centro educativo os alunos de várias freguesias, mas não se afigura como o mais adequado num meio rural com uma área muito grande. Falou no efeito da escola nos meios rurais, considerado como um pólo de dinamização da aldeia, em alguns casos funcionando como se de uma associação se tratasse, onde os professores, perante a realidade local, tomam iniciativas de levarem as crianças à praia, ao circo, ao cinema e a outros eventos. -----

Continuou, referindo que o estudo apresentado foi elaborado com base em previsões, que permitiram determinar o número de salas necessárias por centro. ----

Referiu, que o membro Francisco Ferreira abordou bem o problema existente, que não se prende com a desertificação, mas com a baixa natalidade. O documento demonstra que a partir da faixa etária dos vinte anos não há qualquer evasão, verificando-se, isso sim, uma diminuição preocupante no número de crianças até aos sete anos. Quanto aos indicadores, referiu que, neste documento, devem ser trabalhados os dados apresentados, embora existissem outros que apresentam evoluções diferentes e para melhor, devido ao trabalho realizado pelas IPSS do concelho. -----

Por último, justificou a utilização dos dados obtidos através do Censo de 2001, dizendo que seria muito difícil fazer-se um levantamento actualizado dessa informação. -----

António Coutinho – Acrescentou que a utilização dos dados com base na informação dada pelo INE é a base de trabalho para todas as cartas educativas do país e, daí, terem efectuado uma previsão para cinco anos, de forma a coincidir a revisão da carta educativa com os próximos censos. -----

Sobre a concentração de alunos em centros que abrangessem várias freguesias, informou terem ponderado essa situação no início, como já foi feito para o 2º e 3º ciclo, mas chegou-se à conclusão que não se justificava o investimento, porque as freguesias que possuem o maior número de alunos são Sever do Vouga, Pessegueiro do Vouga, Silva Escura e Rocas do Vouga, mais próximas da vila. ----

Albano Macedo (100'45) – Começou por congratular a posição unânime tomada no órgão executivo, relativamente, à aprovação da carta educativa, tendo em atenção à importância do documento em apreciação. -----

Seguidamente, referiu tratar-se de um PDM da educação que, na sua opinião, deveria estar interligado com outros sectores relacionados com a educação, tais como, a cultura e a saúde escolar. Um aspecto apresentado, prendeu-se com as bibliotecas previstas em cada centro, porque poderão diminuir a afluência à biblioteca municipal. Sugeriu, caso seja aceite pelo executivo e plenário da assembleia municipal, que fosse apresentado, anualmente, um relatório de

diagnóstico educativo local para este órgão efectuar uma reflexão avaliativa e serem apresentadas pelos membros as sugestões e recomendações para o executivo e conselho local de educação passarem a ter em consideração. -----

Continuou, dizendo que este documento se fosse aprovado por unanimidade, certamente, teria uma maior força perante o poder central e nas decisões a tomar, designadamente, sobre a construção da nova E.B.2.3. -----

Concluiu, abordando os dados apresentados, designadamente, sobre “necessidades educativas especiais”, onde se apresenta uma informação incongruente, talvez, devido à definição que provoca alterações nos dados apresentados, e, nos dados constantes da página 39, sobre analfabetismo. Lembrou, a falta no documento da menção da SEMA como entidade formadora. -----

António Coutinho – Explicou que a taxa de analfabetismo apresentada se deve, essencialmente, ao envelhecimento da população, porque se verifica a existência de muitas pessoas com mais de oitenta anos e sem instrução escolar. -----

Sobre o assunto das bibliotecas, aproveitou para informar que é uma imposição da legislação em vigor, que obriga a existência de uma pequena biblioteca em cada centro e, considerou, que as mini-bibliotecas dos centros não vão interferir com a utilização da biblioteca municipal. -----

António Dias – Começou por referir que a educação reflecte a cultura de um povo, podendo ser considerado este documento como o espelho do nosso concelho. Referiu que na página 26 e 27, relativamente ao património histórico e cultural, poder-se-ia colocar muito mais informação, sem interferir com o formato daquele documento, como, uma menção sobre a cascata da Cabreia, de lavadouros em granito, parques desportivos, alminhas e outros monumentos mais. Sobre o êxodo rural já referido, sugeriu a realização de um estudo acerca dessa realidade, para se ponderar a atribuição de um incentivo à natalidade. -----

Terminadas as intervenções, o presidente da assembleia municipal perguntou aos membros se havia mais alguma dúvida sobre o documento apresentado e, como não foram apresentadas mais questões, colocou o documento à votação, tendo sido aprovado por maioria, com uma abstenção. -----

----- Deliberação: -----

----- Para dar-se cumprimento ao disposto no nº 1, do art.º 19º, do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, foi a Carta Educativa do Município de Sever do Vouga colocada à votação, tendo sido aprovada, por maioria, com a abstenção do membro Francisco Ferreira e os votos a favor dos restantes membros. -----

----- **2 – Subscrição da Declaração do 4º Fórum Mundial da Água.** -----

----- Seguidamente, o presidente da assembleia municipal efectuou uma introdução, para justificar o motivo que levou a mesa a incluir este ponto na ordem de trabalhos. Começou por referir que a ANMP num passado recente, remeteu a presente declaração de princípios, relacionada com o flagelo mundial de um elevado número de pessoas não terem acesso a água potável, da escassez e do esbanjamento desse recurso, para este órgão e os membros do executivo se pronunciarem sobre a adesão. -----

----- Foi aberto para os membros um período de intervenção, registando-se a interpelação do membro Joaquim Zacarias, que acrescentou existir para além do já referido flagelo da escassez de água o da escassez de saneamento, referindo que não pode haver qualidade de água e de vida sem acoplar uma elevada qualidade no saneamento. Aproveitou para apelar, novamente, para o executivo velar pelo saneamento e numa fiscalização junto às captações de água. Concluiu, dizendo que no passado dia nove, foi feito um pequeno encontro da comissão do ambiente, onde

estiveram presentes todos os seus membros e foram abordadas algumas situações que serão apresentadas na próxima sessão da assembleia municipal. -----

----- O presidente da assembleia municipal continuou, dando conhecimento de ter recebido um ofício do Instituto Regulador de Águas e Resíduos, dirigido à Câmara Municipal de Sever do Vouga, a dizer que foi enviada uma comunicação à SimRia para desencadear todos os procedimentos necessários para se concretizar o processo de adesão dos Municípios do Médio Vouga ao “Sistema Municipal da Ria de Aveiro”. -----

----- O presidente da câmara municipal, solicitou a palavra para referir que, foi feita uma aposta no abastecimento de água e, quanto ao saneamento, aproveitou para informar os membros da assembleia que o município terá que suportar encargos elevados para o tratamento dos esgotos, quando aderir ao sistema multimunicipal. Informou que o município vai elaborar um plano de acção com as áreas de intervenção para apresentar no âmbito do QREN, onde será, certamente, incluído o saneamento. -----

----- O presidente da assembleia municipal exortou os membros para requererem a inclusão deste assunto na ordem do dia para uma próxima sessão deste órgão. -----

----- Por último, colocou a proposta de subscrição da declaração do 4º Fórum Mundial da Água, considerada aqui como reproduzida. Esta proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja acta em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente acta, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por quem a redigiu. -----

---

---